

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**
PORTO

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE
2018

DENOMINAÇÃO CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE TOUGUINHA

MORADA Rua Padre Joaquim Amorim

N. 48 **ANDAR** **LOCALIDADE** Touguinha

FREGUESIA Touguinha

CONCELHO Vila do Conde

COD. POSTAL 4480-512

EM ____ / ____ / ____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

DATA: Touguinha, _____

ASSINATURAS

Joaquim Amorim Amorim
Joaquim Manuel Faria e Sousa
Domènec Fàbregas Ferrer de Fàbregas
José dos Santos Barroso
José Gonçalves Sousa

CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE TOUGUINHA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte : 503197483

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	784 957,89	793 067,02
Ativos intangíveis	5	1 786,98	2 995,73
Investimentos financeiros	11.1	2 047,14	1 142,82
		788 792,01	797 205,57
Ativo corrente			
Créditos a receber	11.2	18 413,80	27 922,13
Estado e outros entes públicos	11.8	4 085,98	1 999,09
Diferimentos	11.4	11 774,07	10 897,06
Outros ativos correntes	11.3	24 569,56	18 771,04
Caixa e depósitos bancários	11.5	426 960,87	528 266,95
		485 804,28	587 856,27
Total do ativo		1 274 596,29	1 385 061,84
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.6	140 000,00	140 000,00
Resultados transitados	11.6	785 475,15	765 744,13
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.6	250 533,89	250 533,89
		1 176 009,04	1 156 278,02
Resultado líquido do período		-86 928,87	19 731,02
Total dos fundos patrimoniais		1 089 080,17	1 176 009,04
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	20 492,25	12 286,46
Estado e outros entes públicos	11.8	9 384,95	8 892,55
Diferimentos	11.4	93 174,99	132 531,82
Outros passivos correntes	11.9	62 463,93	55 341,97
		185 516,12	209 052,80
Total do passivo		185 516,12	209 052,80
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 274 596,29	1 385 061,84

A Direção

Contabilista Certificado

Joaquim Branca Amaro

 Joaquim Manuel Amaro e Sr.
 Amadeu da Silva e Sr.
 João Gonçalves e Sr.
 João dos Santos Amaro

[Handwritten signature]

 1706

CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE TOUGUINHA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte 503197483

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	7	375 778,85	401 853,22
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.10	335 413,58	330 235,70
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-753,65	0,00
Fornecimentos e serviços externos	11.11	-343 764,72	-319 300,27
Gastos com o pessoal	9	-436 136,65	-387 614,12
Outros rendimentos	11.12	21 487,87	17 639,61
Outros gastos	11.13	-18 304,15	-5 634,14
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-66 278,87	37 180,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-20 646,22	-17 447,75
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-86 925,09	19 732,25
Juros e gastos similares suportados	11.14	-3,78	-1,23
Resultados antes de impostos		-86 928,87	19 731,02
Resultado líquido do período		-86 928,87	19 731,02

A Direção

Contabilista Certificado

João Manuel Ferreira e Silva
 Joaquim Manuel Ferreira e Silva
 António José Ferreira de Faria Sá
 João Gonçalves Eusébio
 José dos Santos Barros

Entidade: CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE TOUGUINHA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 503197483

Moeda: Euros

	NOTAS	Creche	ERPI	PERÍODOS	
				2018	2017
RENDIMENTOS E GASTOS					
Vendas e serviços prestados	7	40 983,42	354 795,43	375 778,85	401 853,22
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/9/11.11	-190 100,29	-413 748,64	-603 848,93	-556 203,31
Resultado Bruto		-149 116,87	-78 953,21	-228 070,08	-154 350,09
Outros Rendimentos	8/11.10/11.12	128 982,09	227 919,36	356 901,45	347 875,31
Gastos administrativos	4/5/11.11	-32 751,16	-164 701,15	-197 452,31	-168 158,83
Outros Gastos	11.13	-3 455,23	-14 848,92	-18 304,15	-5 634,14
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-56 341,17	-30 583,92	-86 925,09	19 732,25
Gastos de financiamento (líquidos)	11.14	-0,75	-3,03	-3,78	-1,23
Resultado antes de impostos		-56 341,92	-30 586,95	-86 928,87	19 731,02
Resultado líquido do período		-56 341,92	-30 586,95	-86 928,87	19 731,02

João Maria Moura Amorim
 João Manuel Fernandes
 António José Ferreira e Sousa
 João Paulo Alves
 José das Santos Ramos

CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE TOUGUINHA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		367 577,18	372 263,55
Pagamentos a fornecedores		-352 527,93	-280 023,03
Pagamentos ao pessoal		-287 189,66	-265 016,89
Caixa gerada pelas operações		-272 140,41	-172 776,37
Outros recebimentos/pagamentos		171 460,02	150 474,75
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-100 680,39	-22 301,62
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-11 797,38	-8 949,95
Ativos intangíveis		0,00	-2 511,41
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,01	0,00
Juros e rendimentos similares		969,66	2 007,82
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-10 827,71	-9 453,54
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		10 204,34	8 302,84
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-2,32	-104,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		10 202,02	8 198,84
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período		528 266,95	551 838,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período		426 960,87	528 266,95

A Direção

Contabilista Certificado

João Manuel Ferreira e Sousa
Paróquia de São Sebastião de Touguinha
João Gonçalves Eusebio
paróquia dos Santos Pedro e Paulo

CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE TOUGUINHA

Anexo

Demonstrações Financeiras

2018

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	11
5	Ativos Intangíveis	12
6	Inventários	12
7	Rédito.....	12
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
9	Benefícios dos empregados	13
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	14
11	Outras Informações	14
11.1	Investimentos Financeiros	14
11.2	Créditos a Receber	14
11.3	Outros Ativos Correntes.....	14
11.4	Diferimentos	15
11.5	Caixa e Depósitos Bancários	15
11.6	Fundos Patrimoniais.....	15
11.7	Fornecedores	15
11.8	Estado e Outros Entes Públicos	16
11.9	Outros Passivos Correntes	16
11.10	Subsídios, doações e legados à exploração	16
11.11	Fornecimentos e serviços externos	17
11.12	Outros rendimentos.....	17
11.13	Outros gastos	17
11.14	Resultados Financeiros	17
11.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	18
11.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	18

1 Identificação da Entidade

O “CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE TOUGUINHA” é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social”, com estatutos publicados no Diário da República n.º 295, Série III, com a sua sede na Rua Padre Joaquim Amorim, n.º 48, Touguinha – Vila do Conde.

Tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos, cooperando com os serviços públicos competentes ou com as Instituições Particulares num espírito de solidariedade humana, cristã e social;
- Sempre que tal se justifique, e seja possível, a ação do Centro estender-se-á aos habitantes das paróquias vizinhas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Terrenos	131.804,66				131.804,66
Edifícios	713.248,99				713.248,99
Equipamento Básico	206.241,02	10.784,05			217.025,07
Equipamento de Transporte	28.031,82		1.500,00		26.531,82
Equipamento Administrativo	3.717,62				3.717,62
Equipamento Informático	16.162,62	129,99			16.292,61
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.367,55	188,50			1.556,05
Ativo Tangível Bruto	1.100.574,28	11.102,54	1.500,00	0,00	1.110.176,82
Depreciações Acumuladas					
Edifícios	66.078,15	14.264,99			80.343,14
Equipamento Básico	200.109,84	3.416,46		-225,80	203.300,50
Equipamento de Transporte	24.298,49	800,00	1.500,00		23.598,49
Equipamento Administrativo	2.665,24	183,02			2.848,26
Equipamento Informático	12.987,99	663,03			13.651,02
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.367,55	109,97			1.477,52
Depreciações Acumuladas	307.507,26	19.437,47	1.500,00	-225,80	325.218,93
Ativo Tangível Líquido	793.067,02	-8.334,93	0,00	225,80	784.957,89

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Programas de computador	5.979,95	0,00	0,00	0,00	5.979,95
Ativo Intangível Bruto	5.979,95	0,00	0,00	0,00	5.979,95
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	2.984,22	1.208,75	0,00	0,00	4.192,97
Depreciações Acumuladas	2.984,22	1.208,75	0,00	0,00	4.192,97
Ativo Intangível Líquido	2.995,73	-1.208,75	0,00	0,00	1.786,98

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	753,65	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	753,65	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				0,00			753,65

A instituição não apresenta inventário de géneros alimentares, uma vez que as refeições são fornecidas por uma empresa de catering, registadas na conta 621-Subcontratos.

7 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Prestação de Serviços	375.778,85	401.853,22
Quotas de utilizadores	375.778,85	401.853,22
Outros Réditos	535,43	2.442,05
Juros	535,43	2.442,05
Total	376.314,28	404.295,27

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2018			31-12-2017		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	264.235,20	0,00	0,00	270.743,04
C M Vila do Conde	Não reembolsável	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00
U F Touguinha e Touguinhó	Não reembolsável	0,00	0,00	350,00	0,00	0,00	300,00
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	6.117,03	0,00	0,00	209,61
TOTAL		0,00	0,00	286.702,23	0,00	0,00	287.252,65

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram de "8". Durante o período de 2018 mantiveram-se os Órgãos nomeados, que têm a seguinte composição:

Direção

Presidente – Pe. Joaquim Moreira Amorim;

Vice-Presidente – Joaquim Manuel Ferreira de Sousa;

Tesoureiro – José dos Santos Barroso;

1º Secretário – Maria da Glória Neves da Silva;

2º Secretário – João Gonçalves Eusébio.

Conselho Fiscal

Presidente – Arminda Maria Ferreira de Faria Sá;

Secretário – Maria Clemência Vieira Marques;

Vogal – Fernando Henrique Ferreira Fontes.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foram de "29" e em 31/12/2018 foram de "30".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	352.627,12	314.398,60
Indemnizações	0,00	576,81
Encargos sobre as Remunerações	74.969,62	65.414,58
Seguros de Acid.Trabalho e Doenças Profissionais	6.441,90	6.167,53
Outros Gastos com o Pessoal	2.098,01	1.056,60
Total	436.136,65	387.614,12

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social de encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Outros Investimentos Financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	2.047,14	1.142,82
Total	2.047,14	1.142,82

11.2 Créditos a Receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Créditos a receber” apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Cientes e Utentes c/c		
Utentes	18.413,80	27.922,13
Total	18.413,80	27.922,13

11.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	434,23
Outros Devedores	24.569,56	18.336,81
Total	24.569,56	18.771,04

11.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros	11.645,48	10.662,38
Outras despesas	128,59	234,68
Total	11.774,07	10.897,06
Rendimentos a Reconhecer		
Prestação serviços vitalícios	90.399,61	129.249,55
Matrículas e mensalidades de utentes	2.525,38	3.282,27
Rendas	250,00	0,00
Total	93.174,99	132.531,82

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	1.582,39	3.621,02
Depósitos à ordem	6.612,40	106.849,51
Depósitos a prazo	418.766,08	417.796,42
Total	426.960,87	528.266,95

11.6 Fundos Patrimoniais

Na rubrica “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	140.000,00	0,00	0,00	140.000,00
Resultados transitados	765.744,13	19.731,02	0,00	785.475,15
Outras variações nos fundos patrimoniais	250.533,89	0,00	0,00	250.533,89
Total	1.156.278,02	19.731,02	0,00	1.176.009,04

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	20.492,25	12.286,46
Total	20.492,25	12.286,46

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4.085,98	1.999,09
Total	4.085,98	1.999,09
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.637,00	1.610,00
Segurança Social	7.658,30	7.237,28
Fundos Compensação Trabalho	89,65	45,27
Total	9.384,95	8.892,55

11.9 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Outras operações	0,00	85,90	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	2.456,93
Entidades Setor Publico Administrativo – ISS (dotação a repor)	0,00	1.984,58	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	60.283,45	0,00	52.885,04
Outros devedores	0,00	110,00	0,00	0,00
Total	0,00	62.463,93	0,00	55.341,97

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios das Entidades Públicas	286.702,23	287.252,65
Doações e heranças – Donativos	48.711,35	42.983,05
Total	335.413,58	330.235,70

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	166.958,63	168.589,19
Serviços especializados	65.695,64	50.339,09
Materiais	3.872,89	2.660,52
Energia e fluidos	39.718,82	37.910,92
Deslocações, estadas e transportes	493,55	806,00
Serviços diversos	39.778,18	38.075,87
Encargos com utentes	27.247,01	20.918,68
Total	343.764,72	319.300,27

11.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Outros Rendimentos	20.952,44	15.197,56
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	6,14
Rendimentos em investimentos não financeiros	6.300,01	9.975,00
Outros	14.652,43	5.216,42
Juros e Rendimentos Similares	535,43	2.442,05
Juros obtidos	535,43	2.442,05
Total	21.487,87	17.639,61

11.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	5.530,05	2.433,05
Outros	12.774,10	3.201,09
Total	18.304,15	5.634,14

11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	3,78	1,23
Total	3,78	1,23
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	535,43	2.442,05
Total	535,43	2.442,05
Resultados Financeiros	531,65	2.440,82

11.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2018, foi o seguinte:

Creche – 35 utentes;

Lar Idosos – 41 utentes.


11.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vila do Conde, 31 de Dezembro de 2018

O Contabilista Certificado



A Direção

